

“RESISTIR PARA EXISTIR”: Trajetórias, resistências e lutas de mulheres lideranças quilombolas no Rio Grande do Norte¹.

IVANILDO ANTONIO DE LIMA – (SME – MACAÍBA/RN)².

RESUMO : Este trabalho tem como objetivo principal dialogar com cinco mulheres que atuam como lideranças quilombolas no Rio Grande do Norte, pontuando suas trajetórias e buscando entender o papel central dessas lideranças nas reivindicações pelos territórios, na busca por políticas públicas e nos diálogos com as instituições dentro e fora das comunidades. Vale destacar que o surgimento e visibilidade dada às comunidades quilombolas no RN é uma construção recente, resultante do processo de emergência étnica com início nos anos 2000, graças ao trabalho em conjunto do ministério do desenvolvimento agrário (MDA), o instituto nacional de colonização e reforma agrária (INCRA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte que resultaram na elaboração de laudos antropológicos e identificaram inúmeros agrupamentos quilombolas, iniciando uma luta pela titulação e reconhecimento dos territórios à frente desse trabalho, ganhando destaque nesse processo de lutas e resistências, principalmente, estabelecendo diálogos com o estado, instituições e a sociedade civil. Assim, estabeleci um diálogo com cinco mulheres quilombolas de diferentes comunidades do estado do Rio Grande do Norte (Capoeiras, Grossos, Gameleiras de Baixo, Boa Vista dos Negros e Moita Verde). Com o apoio de pesquisa bibliográfica, entrevistas e dados sobre as trajetórias de vida dessas interlocutoras, busco entender aspectos da vida cotidiana e as atividades militantes das lideranças quilombolas.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas. Lideranças. Territórios.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O PROTAGONISMO FEMININO

As comunidades quilombolas surgem a partir de reações impostas pela escravidão, sendo grupos que se formaram sob um pano de fundo da resistência em todo o território nacional. Elas são territórios onde se observam em sua constituição questões de ancestralidade, parentesco e processos de resistências em seu percurso histórico. São considerados espaço multiétnico que vem resistindo durante séculos à violência racista empreendidas pelos detentores do poder numa luta por igualdade social, racial e de gênero.

¹ Este artigo é um recorte da minha Tese de Doutorado, apresentado em Março de 2023, no Programa de Pós-graduação da UFRN, intitulada, “RESISTIR PARA EXISTIR”: Trajetórias, resistências e lutas de mulheres lideranças quilombolas no Rio Grande do Norte

² Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)".

Lifschitz (2011) destaca que as comunidades tradicionais vem sendo um lócus privilegiado de políticas públicas, destino de instituições e agências privadas que se dirigem para o centro dessas populações, trazendo significativas mudanças nas dinâmicas comunitárias. Essas transformações chega até às comunidades por ações e programas que dialogam com a “reconstrução de identidades étnicas”, trazendo grandes contribuições no ponto de vista cultural e no avivamento de dinâmicas políticas, com ênfase maior, pós-constituição de 1988, inaugurando um contexto de ressignificação e atualização da questão quilombola, abarcando um novo momento para a reconstrução de territórios, saberes e práticas tradicionais dessas populações. Uma política criada como categoria de reconhecimento do Estado, com medida reparatória.

Segundo O’Dwyer, (2002) esse novo texto constitucional que não cobrava apenas uma “identidade histórica” que podia ser assumida e acionada nos rigores da lei. O contexto defendia, que esses novos sujeitos históricos, para existirem no presente, deveriam ocupar uma terra que, por direito, deveria ser em seu nome titulada. O novo momento político, correlacionava o passado com o presente, e a partir dos sistemas de relações que demarcam o lugar, unia essa população tradicional aos outros sujeitos dentro de um universo social do Estado-nação.

Esse marco histórico, inaugura o entrelaçamento da identidade quilombola e o direito, destacando as comunidades quilombolas como sujeitos de direitos, principalmente, em relação ao direito à terra. Vale destacar que esse novo momento, apontava para a reconstrução de territórios e práticas, sendo conduzidos entre as comunidades, agentes modernos e o Estado, com o objetivo de encontrar um sentido político para esse momento de efervescência cultural e de aproximação das comunidades quilombolas às tradições e práticas dos afro-brasileiros. Um verdadeiro emergir de negritudes silenciadas.

Silva (2012) destaca que o reconhecimento das comunidades quilombolas pelo Estado e pela esfera do direito, foram importantes, pois trouxeram demandas que vai além da certificação da sua existência, com a preocupação de ofertar alguns ajustes, principalmente, em políticas públicas essenciais para esses povos tradicionais. Por outro lado, o momento, trouxe transformações na maneira de operar com o conceito de quilombo, mudando a compreensão de locais característico de fuga, passando ser ressignificado enquanto “remanescente de quilombo”, ou seja, saindo do patamar de comunidades negras com forte ligação com um passado escravocrata, para “comunidades autodefinidas, com plenos direitos de ocupar as terras que habitavam e trabalhavam. O

quilombo passa da dimensão histórica para entrar na esfera política, operando num texto institucional, dando a questão quilombola uma narrativa textual.

O novo olhar para a categoria quilombo, observado sob o processo de reconstrução de marcadores étnicos exigiam o comprometimento de lideranças, pois para reivindicação dos territórios, eram exigidos, além de uma organização social dos grupos, a atuação de lideranças comunitárias que deveriam tomar frente das discussões sobre reconhecimento dos territórios, titulações, busca por políticas públicas e o tomar a frente dos diálogos, envolvendo os ambientes internos e externos às comunidades e o fortalecimento de redes com órgãos estatais e não-estatais. Um momento, dado às mulheres que passar exercer um papel de protagonismo com importância na luta pela resistência, manutenção, busca por melhorias no cenário onde políticas públicas, direito e regularização dos territórios tomam evidência.

Vale pontuar que, além de serem importantes na transmissão dos conhecimentos, preservação das tradições, estabelecendo contatos com os ambientes internos e externos às comunidades, tomando decisões para o bem da coletividade quilombola, no engajamento enquanto lideranças e ocupando espaço antes ocupado pela figura masculina. Como destaca, Melo (2021), as mulheres vem ocupando papel central na organização familiar, comunitária e social na dinâmica quilombola.

Portanto, buscando construir possibilidades para reflexão sobre questões sobre que envolvem mulheres quilombolas em papel de lideranças, este trabalho tem como objetivo principal dialogar com cinco mulheres que atuam como lideranças quilombolas no Rio Grande do Norte, pontuando suas trajetórias e buscando entender o papel central dessas lideranças nas reivindicações pelos territórios, na busca por políticas públicas e nos diálogos com as instituições dentro e fora das comunidades. Por meio dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, busco contribuir uma discussão sobre as posições subalternizadas da mulher quilombola e lanço olhar sobre as estratégias das sujeitas pesquisadas em dialogar nos espaços de poder, buscando organizar uma luta coletiva.

AS INTERLOCUTORAS E SUAS TRAJETÓRIAS

O processo de escolha das interlocutoras levou em consideração a participação destas no Movimento quilombola dentro e fora do Estado, observando a participação dessas sujeitas em Seminários, Encontros, Conselhos, Conferências, e o diálogo com o

Estado e organização não-governamentais. Por outro lado, um dos parâmetros para a participação na pesquisa, levou em consideração a atuação das lideranças nas decisões dos grupos e as informações do protagonismo feminino quilombola encontradas em trabalhos acadêmicos.

As interlocutoras, são mulheres que se reconhecem enquanto mulheres negras, militantes e quilombolas, com atuações destacadas dentro quilombos que residem, constituindo-se como referência de lutas, ancestralidade e resistência. São lideranças que vem lutando pela manutenção e regularização dos territórios, sendo as principais guardiãs das tradições dessas populações tradicionais. São mulheres que destacam o “ser mulher quilombola”, em decorrência da forte ligação com seu lugar, e se autoafirmam diante das oportunidades de melhorias que antes eram negadas, por um sistema excludente, com direitos e políticas públicas reservados para poucos.

É neste contexto de luta e resistências que apresento as cinco lideranças, mulheres, negras e quilombolas com o objetivo de situá-las no contexto da participação política de seus territórios e no contexto de lutas do Movimento Quilombola brasileiro. Apresento a luta diária e o saber-fazer dessas sujeitas para tratar do protagonismo político feminino negro quilombola que pouco é discutido na antropologia e ganha destaque no decorrer do trabalho que apresento, sendo um pontapé inicial para outros pesquisadores que desejam enveredar pelo estudo das comunidades quilombolas.

MARIA BARBOSA DA SILVA

Maria Barbosa da Silva, 49 anos, é nascida na comunidade de Capoeiras, localizada no município de Macaíba. A comunidade quilombola de Capoeiras é reconhecida diante do movimento quilombola do RN, com uma das maiores comunidades Quilombolas potiguares.

Maria tem relevante participação na política local, atuando de forma efetiva na elaboração de projetos e na luta pela titulação do território. Ela é reconhecida pelos moradores como uma legítima liderança quilombola, representando a Capoeiras em eventos, reuniões, formações e encontros que tratam de assuntos relacionados a políticas públicas, demarcação do território e fortalecimento da identidade quilombola.

Aos 15 anos de idade, Maria sai de casa para trabalhar como empregada doméstica, em Natal, atividade que deixou de exercer quando casou-se e nasceram seus dois filhos. Nessa época, um dos seus projetos de vida foi esquecido, estudar. A inserção na atividade doméstica a impediu de concluir as etapas no Ensino Escolar na idade correta, concluindo o Ensino Médio no início dos anos 2000, depois de casada e já com filhos.

Segundo a interlocutora, observando de perto e sentindo na pele a falta de assistência em algumas políticas públicas essenciais, tendo ciência das desigualdades, racismo e a falta de acesso da população negra à terra, ao emprego e à educação, estampado nos noticiários, na televisão, foi impulsionada a adentrar no Movimento Negro local.

O ingresso na luta quilombola, acontece graças ao incentivo de Seu Manoel Batista³, seu tio, que passou a levá-la para as reuniões, visitas e encontros no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), momento em que outra importante liderança da comunidade se afasta das atividades do movimento negro estadual, Dona Lídia⁴.

Maria Barbosa vem atuando no Movimento Negro e no Movimento Quilombola desde 2003. Atualmente, ela ocupa o cargo de vice-presidente da Associação Quilombola de Moradores de Capoeiras (AQMC), onde já tinha atuado como Presidente Interina por meio de eleições internas. Faz parte do grupo Ajagun Obirin, uma organização não-governamental de mulheres negras feministas⁵, atuante no Rio Grande do Norte. O histórico militante da liderança, ainda conta com participação no Conselho Municipal de Saúde de Macaíba, no Comitê do Estado de Saúde da População Negra e no Conselho de Cultura e Meio Ambiente, Vice-presidente e hoje é a atual presidente da Cooperativa de

³ Liderança política masculina, presidente da Associação de Moradores de Capoeiras. Seu Manoel, junto com Lídia Basílio são pessoas importantes para o processo de reconhecimento da comunidade.

⁴ Maria Lídia Basílio, mas conhecida como Dona Lidinha, foi a primeira mulher a atuar como representante da comunidade no início dos anos 90. O momento de inserção de Lídia no movimento era de desconfiança, tudo era novo e pouco a comunidade sabia em relação aos propósitos do Movimento. Seu legado de luta a frente de atividades na comunidade permitiu o acesso a algumas políticas públicas, criação da Associação de moradores e início do processo de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo.

⁵ A atuação dessa organização está voltada para a luta contra o racismo, sexismo e eliminação das desigualdades.

Beneficiamento de Mandioca de Capoeiras (COOPCAP). Na Igreja Católica, já chegou a coordenar as atividades da Pastoral da Criança e outros grupos católicos da comunidade.

Para Maria, o processo de resistência nos territórios quilombolas é fruto da luta de mulheres e homens que viveram no passado, da transmissão dos conhecimentos para às novas gerações dos modos de sobrevivência e da valorização da cultura. Ela destaca que adquiriu um grande conhecimento sobre a comunidade e as coisas que aconteciam, porque gostava de conversar com “os mais velhos”, ouvindo as histórias do tempo de formação do povoado e procurando respostas para as questões que tinha dúvidas.

Maria é um dos principais expoentes, no município de Macaíba, na defesa da criação de uma Coordenadoria de Igualdade Racial. Segundo a interlocutora, a criação do órgão, ajudaria nas políticas vindas para os grupos quilombolas e indígenas, trazendo melhor administração para os recursos para essas populações. A luta da militante tem destaque em assuntos que diz respeito, à melhoria na educação escolar quilombola, no combate ao racismo e a na defesa da saúde, principalmente a saúde das mulheres negras.

ROSILDA DOS SANTOS

Da comunidade Quilombola de Sítio Grossos, localizada no Município de Bom Jesus, vem a Assistente Social e pós-graduada em Políticas Públicas de Atenção a Família, Rosilda dos Santos. Ela é casada, teve dois filhos (um menino e uma menina). O menino, por algumas complicações de saúde, acabou falecendo. Ela divide sua rotina entre duas moradias, passando a semana em Parnamirim e nas sextas-feiras vem para a comunidade, retornando na segunda junto com seu companheiro e sua filha de 13 anos. Ela é quarta filha de uma família de agricultores.

O trabalho doméstico permeia a trajetória de Rosilda. Aos 11 anos de idade teve que abandonar os estudos, iniciado tardiamente, aos seus 7 anos, para ir trabalhar como empregada doméstica em Natal.

De acordo com a Assistente Social, sua trajetória como militante, no movimento quilombola do Estado, além de referências com a atuação na atividade doméstica, tem por base preceitos religiosos adquiridos com a participação em grupos católicos, com passagens pelas atividades na Pastoral da Criança, Grupos de Jovens e na Pastoral da

Família. No movimento negro e quilombola, Rosilda vem participando da Comissão Organizadora Estadual (COE), na qual é responsável, junto com outros quilombolas, pela organização das conferências municipais e estaduais de Promoção e da Igualdade Racial. Hoje faz parte COGEC (Conselho Gestor da Educação no Campo) como suplente de representante quilombola.

Na comunidade, seu trabalho é voltado para a parte cultural e organização de eventos. Rosilda tem papel importante na elaboração e execução de projetos voltados para o “Dia Consciência Negra”, realizado todos os anos na comunidade. Ela é uma das principais articuladoras na organização dos “Arraiás⁶” no período junino. Segundo a interlocutora, os trabalhos sempre tem um viés para valorização da identidade racial e cultural local, com o objetivo de levar alegria à população e fortalecer os laços comunitários.

Na sede do município, esteve à frente da coordenação das atividades culturais, junto à Secretaria de Educação Municipal de Bom Jesus e à Fundação José Augusto, para a realização de um espetáculo para comemorar o aniversário dos 50 anos de emancipação política da cidade. Trabalhou também na articulação de jovens e crianças do município de Bom Jesus para atuar com atividades de danças na abertura da Copa Mundo de Futebol em Natal, em 2014. Destaca-se também a participação da liderança quilombola dentro da Associação de Moradores, ocupando cargos no Conselho Fiscal. Participando ainda das comissões municipais sobre a criança e adolescente.

Além da luta por saúde, educação e contra o racismo, a liderança, destaca sua atuação na luta pelo empreendedorismo da mulher quilombola e o empoderamento feminino.

FRANCILEIDE BEZERRA

É uma mulher que se intitula negra, mãe, quilombola. É divorciada, tem 44 anos de idade e mãe de 05 filhos, 04 (quatro) homens e (01) uma mulher, possui três (03) netos. É liderança política e quilombola da comunidade de Gameleiras, situada no município de São Tomé. Ela tem origem de uma família bastante numerosa de nove irmãos, filha de

⁶ Festas Juninas realizadas na comunidade de Sítio Grossos entre junho e julho de cada ano.

agricultores que tinham na atividade do garimpo um complemento para ajudar na renda, passando por grandes dificuldades, principalmente, após a morte do pai.

É formada em Pedagogia, tendo atuado como Secretária de Agricultura (2020), e atualmente, ocupa o cargo de Vereadora do Município de São Tomé (2023). Ela tem origem de uma família bastante numerosa de nove irmãos, filha de agricultores que tinham na atividade do garimpo um complemento para ajudar na renda, passando por grandes dificuldades, principalmente, após a morte do pai.

Francileide destaca que sua entrada nos movimentos sociais ocorreu nos anos 90, época do Programa do Governo Federal, 1 milhão de cisternas, ao mesmo tempo em que iniciou a participação da luta pelas causas da comunidade, nos movimentos sindicais, como membro da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Segundo a liderança, a luta pelo reconhecimento do território, a busca pela valorização da cultura local, bem como a sua facilidade de envolvimento social com entidades parceiras a levaram a representar a comunidade em eventos, reuniões e comissões e demais espaços públicos.

A trajetória da liderança, dentro do movimento quilombola do Rio Grande do Norte, ganha força no ano de 2003, com o conhecimento do trabalho e do diálogo da Associação de Moradores local, e da ligação de sua comunidade com a organização Quilombo, que desenvolveu um trabalho na comunidade de conscientização, recuperação da história local, orientando sobre acesso às políticas públicas e aos direitos adquiridos.

De acordo com Francileide, esses acontecimentos aumentaram ainda mais o desejo de permanecer na luta juntamente com outras comunidades remanescentes de quilombos do Estado e da Federação, pois considera que a luta deve partir da comunidade e chegar nos locais de discussão do poder. Hoje ela é membro da Coordenação Estadual de Quilombos e Coordenadora Nacional da CONAQ, juntamente com mais três lideranças quilombola do RN.

Em seu histórico militante, ainda conta com experiência durante 03 (três) anos como Coordenadora Municipal de Promoção e Igualdade Racial, participação em Comissões, dentre elas se destacam a Comissão Intersetorial pelos Direitos da Infância e do Adolescente, representando as comunidades quilombolas. Participou também da criação da Associação Quilombola da Serra de Gameleiras de Baixo (AQCSGB), atuando como sócia-fundadora, presidente e vice-presidente. Segundo a interlocutora, está

presente nas discussões, é muito importante para o bem da comunidade e que as coisas aconteçam.

SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS

Quilombola da Comunidade de Moita Verde, um quilombo urbano, localizado no Município de Parnamirim⁷. Silvana é moradora do Sítio São Francisco I, solteira, mãe de um filho e mora com a mãe e mais 04 pessoas idosas, acamadas. É formada em Serviço Social e atua hoje junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo encarregada de cuidar da pasta de Promoção e Igualdade Racial no Município de Parnamirim, onde já havia atuado como Assistente Social (CRAS).

Silvana, dentro e fora de Moita Verde, vem desenvolvendo um trabalho voltado para a articulação de saberes sobre a institucionalização das associações, representando os interesses da comunidade mantendo diálogo com a política local, estadual e federal, na luta pelos avanços nos direitos, reconhecimento e regularização do território dos quilombolas do RN..

Segundo Silvana, o auge para o fortalecimento da comunidade de Moita Verde e do seu reconhecimento local enquanto militante, veio quando esteve à frente da associação de moradores, no momento em que se se destinada para a comunidade, melhorias em políticas públicas, num projeto desenvolvido em parceria entre o Ministério das Cidades e o Governo do Estado, onde a comunidade foi contemplada com construções e reformas das casas, a criação de uma área social e serviços de drenagem (construção de uma lagoa de captação).

Já seu ingresso na militância, deu-se através de informações trazidas de um primo no ano de 2005 que trabalhava no aeroporto de Parnamirim, e soube de algumas ações do movimento quilombola na esfera estadual, principalmente, referentes às questões identitárias e de reconhecimento das comunidades quilombolas e socializou com ela. Por curiosidade, ingressou no movimento quilombola, onde hoje é uma das referências de luta.

Dentro do cenário político local, Silvana desenvolve atividades como presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Moita Verde (ACQMV), participando no

diálogo com o Movimento Negro nas esferas estadual e federal. Ela tem participação como membro dos Conselhos de Saúde, Conselho da Mulher e da Juventude e membro da Coordenação Estadual de Quilombos (COEQUI). Silvana, é reconhecida como uma das referências nas questões identitárias, de afirmação da cultura quilombola, uma defensora ferrenha das políticas públicas para os quilombolas.

As conversas com a representante de Moita Verde, destaca um posicionamento de agente do estado com um discurso que reforça a importância da aproximação das comunidades quilombolas com os gestores municipais, uma vez que, os considera como importantes aliados nas “benfeitorias”, nos levando a refletir sobre uma militância posicionada aos discursos governamentais.

MARIA DO SOCORRO FERNANDES

É liderança quilombola de Boa Vista dos Negros, Parelhas. Mariah, como é conhecida dentro do âmbito quilombola, é uma mulher “solteira por opção”⁸, com formação acadêmica em História, tem 43 anos de idade. Hoje, exerce a função de funcionária pública como Secretária Escolar e Professora da disciplina de Geografia, no município de Currais Novos.

Ao tratar da sua infância, a militante quilombola destaca sobre os deslocamentos que sua família fazia dentre os municípios de Currais Novos e Parelhas (Boa Vista), em virtude da falta de emprego na comunidade. Vale ressaltar que esses roteiros itinerários entre Currais Novos e Parelhas, Mariah continua fazendo até os dias atuais.

Ela destaca que sua entrada na militância ocorreu pela via partidária, pelo PT (Partido dos Trabalhadores) aos 14 anos. A experiência dentro do Partido dos Trabalhadores, permitiu o contato com leituras de Karl Marx, e com as ideias e conceitos Marxistas. Conta ainda, a militante, que dentro do universo partidário, passou a circular em grupos com ideias democráticas e atuando em formações do partido, viajando para cidades potiguares.

⁸ A interlocutora relata que optou por não se casar, ser uma mulher livre e não ter filho. Ela cuidou de um sobrinho que hoje tem 25 anos. No momento da entrevista de 09 de dezembro de 2021. ela fala: Como uma mulher militante casa e tem filhos?

No ano de 2002, relata a liderança quilombola, ocorreu sua primeira viagem a Brasília, grande marco para sua formação enquanto liderança e militante quilombola. Vale salientar que foi a primeira vez que ela participou de um encontro integrando a comitiva da CONAQ Estadual. A oportunidade foi o primeiro contato com outras lideranças, ocasião em que, segundo ela, coincidia com a aproximação com leituras sobre o universo quilombola. Mariah fala que essa fase permitiu a sua afirmação enquanto mulher negra e quilombola, um divisor de águas para sanar dúvidas sobre o que é ser quilombola, e significou para ela, momento de partida para construção de uma agenda de lutas pelos direitos da comunidade.

De acordo com Mariah “a garra, a vontade de lutar pela regularização fundiária”, principalmente do seu povo, a levaram a adentrar no Movimento Quilombola. Dentro do mesmo, a liderança vem ocupando espaço como Coordenadora da CONAQ e membro do Coletivo de Mulheres Negras da CONAQ. Concomitante, vem realizando um trabalho à frente da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Boa Vista, desde o ano de 2014, órgão principal que se dimensiona à promoção e o diálogo sobre o conhecimento de políticas públicas pelo território.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, EMPODERAMENTO, LUTA E DESAFIOS: PROTAGONISMO FEMININO QUILOMBOLA NO RN.

De acordo com Dealdina (2020) a mulher quilombola ocupa um papel singular na transmissão e na preservação das tradições locais, além de se destacar como um elo de vínculos de solidariedade e transmissão de experiências na vida social das comunidades quilombolas, sendo um acervo de memória coletiva, compreendendo às estratégias de luta, resistências e conhecimentos que são passados de geração em geração. Elas vem assumindo o papel de liderar territórios, transformando-os em espaços ativos e políticos, e hoje, é um lócus privilegiado para um novo olhar para observações de suas práticas e vivências.

Assumindo um papel de destaque, as mulheres quilombolas, vem lutando constantemente contra opressões, e têm, assumindo papel liderança. Um papel político que vem sendo exercido entre às assimetrias de poder, conduzindo e provocando

questionamentos e enfrentamentos aos processos de subjetivação das mulheres, reforçados pelo racismo e sexismo. Essas assimetrias de poder são traduzidas em desigualdades sociais quando na intersecção dos marcadores de gênero, raça, classe.

As lideranças femininas quilombolas encarnam uma dimensão simbólica, ocupando um lugar de poder e de cuidado coletivo, conduzindo em seus territórios, o estabelecimento de redes de irmandade política e afetiva que ligam o ambiente doméstico ao público, numa rede política que liga a comunidade ao ambiente exterior, circuito em que circulam em reuniões, seminários, conferências, cursos, e etc. Observou durante a pesquisa, que o envolvimento com as dinâmicas políticas foi fomentado a partir das experiências sociais, políticas, nos movimentos sociais, nas organizações de base da igreja católica, no trabalho doméstico, na entrada no ambiente acadêmico e ensinamentos da vida cotidiana. São processos organizativos que tiveram por base a luta pela terra/território, e deram as mulheres um papel de sujeito ativo e central da/na luta quilombola.

No Rio Grande do Norte, o processo de emergência étnica, ocorrido no início dos anos 2000, teve influência central no florescimento de lideranças quilombolas. A visibilidade garantida em virtude dos direitos constitucionalmente adquiridos e a curiosidade dos movimentos sociais e estudiosos para conhecerem mais sobre a vida e a história desses novos sujeitos de direitos e a criação do Decreto nº 4887/2003⁹, o que antes era negligenciado pela literatura e historiografia do RN que dava pouca visibilidade à contribuição do elemento negro na história do estado.

Esse momento de florescimento das comunidades quilombolas, possibilitou um fortalecimento de uma estrutura coesa, demandando uma maior organização dos grupos para a luta por direitos e uma maior participação das comunidades em conhecer os procedimentos para as titulações das terras. Por outro lado, as demandas do novo decreto exigiam o contato desses grupos tradicionais com agentes do Estado, ONGs e professores universitários para dar conta de entender as especificidades desses novos sujeitos de direitos. Todos curiosos, anestesiados e motivados diante da nova conjuntura política que dialogava com as comunidades quilombolas.

⁹ O Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, foi responsável por regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

Sob o contexto do Decreto nº 4887/2003, foram iniciados os primeiros processos de regularização fundiária nas terras potiguares pelo INCRA. A atuação do INCRA foi possível devido ao diálogo com as lideranças quilombolas, onde a instituição se voltava no sentido de entender as demandas dessas comunidades referentes aos processos de titulação das terras. As atividades realizadas pelo INCRA, consistia em visita às comunidades, organizar audiências públicas, fazer levantamentos e realizar a medição de terras, visando acompanhar a elaborações de dados sobre esses territórios e os orientar nos procedimentos que seriam adotados no trabalho de reconhecimento desses grupos.

Esse processo de mobilização étnica e política recente, é importante, pois objetiva a garantia do acesso aos direitos e o reconhecimento dessas comunidades pelo Estado e pela União, pelos recursos de acompanhamento de alguns órgãos federais. Uma conjuntura que fez observar crescentes mudanças que permitiram um posicionamento político dos povos quilombolas frente às políticas interna e externas aos seus territórios. Um momento essencial para a organização local, destacando o nascimento associações, em nome do qual seriam atribuídas as titulações dos territórios. Essas associações, na maioria das vezes comandadas por mulheres.

Entre as mulheres entrevistadas, a associação de moradores, é um espaço de discussão onde a presença feminina ganha protagonismo. As interlocutoras consideram que a integração das mulheres nesse espaços de decisão, é essencial para organização social do quilombo, pois é um espaço que as mulheres acompanham as ações desenvolvidas dentro da comunidade, bem como, é um meio de articulação para a participação em eventos interestaduais, mobilizações para organização de trabalho nos roçados e como meio de discussão dos usos individuais e coletivos do espaço e dos bens materiais trazidos, tanto a partir de projetos, financiamentos, ou a utilização de recursos da própria associação de moradores.

As lideranças vem sendo reconhecidas à medida que as comunidades foram se apropriando do processo de identitário e do trabalho das associações. No momento em que passaram a fazer a articulação dentro dos espaços e dialogar sobre a questões raciais, políticas sociais e busca por direitos a influência foi se expandindo. Por meio dessa representatividade, elas percorrem espaços internos e externos às comunidades, fortalecendo estratégias, dialogando com o Estado, dando suporte e cuidando das decisões locais.

A presença das lideranças nos espaços de discussão é muito importante, pois segundo às interlocutoras, ajudam e garantem à inclusão de pautas quilombolas em políticas de governo relacionadas ao desenvolvimento agrícola dos territórios, políticas públicas para o fortalecimento dos sistemas alimentares, agroecológico, saúde e educação, com o objetivo de incluir as demandas e políticas públicas para as comunidades quilombolas. As pautas principais, giram em torno da construção de propostas e medidas eficazes para mudar a realidade dos quilombos do Brasil. Veja as pautas discutidas na plenária: Educação Escolar Quilombola, Reforma Agrária; Meio Ambiente, Mulheres, direitos humanos, cultura e Fundação Cultural Palmares, Sistema único de assistência social (SUAS) e Sistema único de Saúde (SUS).

Os espaços de encontros, reuniões, conferências, seminários e cursos de capacitação, são excelentes oportunidades de conhecerem melhor os direitos e dialogar sobre temas urgentes para organização quilombola. O envolvimento nessas atividades, além de permitir um breve afastamento das tarefas cotidianas, alargam os poderes de decisões das mulheres e demanda um ganho de autonomia nas tomadas de decisões para ajudar na melhoria de vida dessas mulheres e da comunidade.

A participação de mulheres na organização dos grupos, traz modificações não somente em aspectos econômicos, mas produz na vida das mulheres mudanças nas relações cotidianas, familiares e comunitárias. Fazer parte da organização política das comunidades quilombolas faz sentido, na medida em que se percebe melhorias. A presença nas ações políticas, destacam novas possibilidades de existência, ou seja, trazem efeitos nos modos de subjetivação, nas maneiras de ser, pensar e relacionar-se. O contato com o exterior transforma a vida dessas mulheres, dando-as experiências e melhorando seu posicionamento nos espaços de discussão política, dando voz e vez para opinar sobre o que acontece em termos de políticas públicas, projetos e recursos e direitos nas comunidades.

Do mesmo modo, participar da vida política da comunidade, demandam alguns desafios. O primeiro, consiste em mudanças da mulher do papel tradicional, responsável pelo cuidado com o lar e com os filhos. Há uma liberação das atividades de casa, estabelecidas por uma espécie de negociação com os esposos e outros parentes próximos, ou a construção de arranjos na comunidade como o cuidado da família para o exercício de uma vida pública comunitária. Algumas interlocutoras relataram que para participar

de alguns eventos deixavam os cuidados dos filhos com as avós, filhos mais velhos, ou até mesmo, com os esposos. Outras relataram que levavam os filhos para alguns encontros quando realizavam em locais próximos das comunidades.

O segundo, diz respeito ao desinteresse comunitário que acabam, em alguns momentos desencorajando a lutar ativamente. Algumas interlocutoras destacaram categorias, como “preguiça”, “desinteresse”, “comodismo” e “baixa adesão comunitária”. Do mesmo modo há aqueles que fazem críticas ao funcionamento destas formas de participação: ao modos como de funcionamento, organização, da circulação de informações e divulgação de eventos, encontros e reuniões. Outra crítica ferrenha é a participação da mulher na política, visto por alguns como um espaço masculino, como espaço de conflitos e de exclusão das mulheres. Mas as interlocutoras, ao contrário dessas prerrogativas, não desistem da luta.

Do mesmo modo, algumas relataram que dentro da militância havia colegas de luta que teriam deixado de participar ativamente de reuniões, eventos e viagens por interferência dos companheiros, por ciúmes ou por controle de posse sobre o corpo da mulher. Observa-se que as desigualdades de gênero surge como um fator primordial para o afastamento de lideranças quilombolas do âmbito da participação política. A participação quilombola feminina na organização política requer uma conciliação das atividades domésticas, no cuidado dos filhos, parentes envelhecidos e/ou doentes. A saída da mulher da comunidade não altera somente os afazeres domésticos, ela promove mudanças nas próprias relações de gênero na micropolítica das relações familiares.

As lideranças quilombolas destacam outros atravessamentos ao exercício de sua função de representação nas comunidades, ou seja, além de reconhecimento do seu trabalho comunitário, destacam pouca valorização social, onde muitas vezes, a atividade ser entendida como de forma de garantir benefícios próprios. Para as mulheres quilombolas entrevistadas, ser desacreditada, julgada e desvalorizada em suas comunidades, causa desânimo e vontade de desistir da luta por territórios e por políticas públicas essenciais.

A autonomia e o empoderamento das mulheres é uma das características principais de suas lutas, ela surge de uma perspectiva política, fruto do desenvolvimento das lutas cotidianas, na luta pela terra e do modo como trata das expressões culturais, formas de produção e da organização social comunitária. A Etnicidade e territorialidade,

fruto do processo de construção das comunidades quilombolas, estruturam o discurso dessas mulheres, pontuando uma ancestralidade africana, reconectando o presente para dialogar políticas de reconhecimento dos direitos a terra e por outras políticas públicas essenciais para essas populações tradicionais com falas e posicionamentos que destacam as palavras: Luta, resistência e buscar por direitos.

Um empoderamento que se instaura no modo da atividade de liderança ampliar conhecimentos, construir um arcabouço de disputar espaços e falar/ ser ouvida dentro e fora dos espaços comunitários, uma fala pautada na luta coletiva. Um empoderamento que se justifica pela capacidade de mobilização, influenciar as comunidades a ampliar uma luta por direitos, sobretudo nas bases da educação, saúde e da terra. Um empoderamento que se fortalece no sentido de lutar contra as opressões, e diante das dificuldades, construir estratégias de superação das desigualdades.

Para Ramos (2015) essas mudanças provocadas pela participação política de mulheres quilombolas, é vista por uma ótica de inter-relação entre casa e política. Já, as alterações nas relações familiares e no cotidiano doméstico, vivenciados pelas mulheres quilombolas, refletem no fortalecimento da identidade comunitária. As redes de relações estabelecidas dentro e fora, fortalecem os diálogos e promovem uma maior valorização da identidade étnica para as comunidades. Nesse sentido, envolver com a liderança simboliza um rompimento com as normas sociais, onde as mulheres aos poucos se distanciam do status de “donas de casa”, passando a questionar, formular, posicionar e cobrar melhorias.

Nessa circulação por vários desses espaços dentro/fora dos territórios quilombolas, socializam com outras mulheres, onde ocorre ampliação dos laços de amizade e solidariedades. Esses acontecimentos destacam a força das mulheres pesquisadas, as transformando num ser de agência política e empoderamento, como mulheres quilombolas e negras, dimensionando um discurso de potência e pertencimento.

No presente, a luta da mulher quilombola vem ganhando espaços, não só pelo fato de afirmação de resistência negra, mas, na maneira de lidar com a representação política e de comandar um processo de florescimento de identidades étnicas, lutando contra as opressões de uma sociedade racista e sexista. Nessa disputa de agência, as mulheres quilombolas vem se destacando, promovendo uma luta que articula território,

pertencimento a um espaço e relacionados com questões de ordem estruturais, como, o racismo estrutural, ambiental e outros mazelas sociais. São mulheres portadoras de um saber-poder, que vêm adentrado no campo da representação política e repensando cotidiano das comunidades de origem .

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nesse “presente quilombola”, onde a visão estática de quilombo distancia-se de um passado escravista, as mulheres ganham protagonismo. Elas atuam como agentes principais nos processos de mudanças, numa luta que aponta para o emergir de uma nova compreensão da diversidade quilombola, valorização das especificidades culturais, regionais, geográficas e políticas desses povos, num trabalho em que a resistência tem destaque.

No cenário de significativas mudanças, a participação das mulheres quilombolas ganha importância, pois cabe a elas desenvolver e fortalecer o diálogo com a sociedade envolvente, com o Estado e com outros agentes. Elas empreendem uma luta organizada em torno do binômio terra/território. Uma luta que valoriza e dar sentido à vida cotidiana, a organização política e todos os processos de lutas e de resistência característicos dos quilombos atuais, num exercício de entender como se estruturam as conexões, confluências e as relações de poder. Uma ação que visa o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento e de processos organizativos próprios, num trabalho de militância que responsabiliza o Estado brasileiro enquanto agente devedor, e total responsável pela elaboração e execução das políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Embora, em momentos da coleta de dados, algumas interlocutoras pontuaram dificuldades na sua articulação entre a comunidade e o mundo, principalmente, em ultrapassar as barreiras tradicionais de gênero e de ordem material, como: a falta de transporte, inviabilidades financeiras em relação a participação em eventos e pequena mobilização comunitária. Destacaram também, a participação política em termos de melhorias: nas condições de vida, na aquisição de conhecimentos, alteração nas relações comunitárias e familiares.

Da mesma forma, percebe-se que a participação feminina nos processos de organização das comunidades, empreendem uma luta pelo bem comum, da coletividade,

uma ação pautada no pertencimento comunitário e familiar que reconfiguram e elaboram estratégias de lutas e resistências. Já o diálogo estabelecido entre os ambientes internos e externos às comunidades, segundo as lideranças, ampliam conhecimentos e promovem o acesso a diferentes informações, de modo que melhoram às relações sociais e fortalecem os laços comunitários, produzindo efeitos positivos na vida das lideranças quilombolas, como poder e autonomia.

O poder e autonomia foi percebida na fala das interlocutoras quando: Elas tem consciência que estão cada vez mais ocupando espaços de decisões; quando estabelecem tensionamentos entre o público e o privado; quando se sente à vontade ou encorajadas a se posicionar e falar em público; ou de maneira mais importante, quando obtém reconhecimento do seu trabalho e reconhecimento o protagonismo de suas atividades em dialogar com os órgãos e instituições públicas, buscando melhorias nas condições de vida das comunidades.

A pesquisa reforça o esforço das mulheres quilombolas em construir uma pedagogia feminina, onde o imperativo de luta e resistência dialoga com um ambiente em que a fala e o direito se conjugam no masculino. Mas a coragem e comprometimento com a coletividade, escrevem suas histórias, quebram silêncio, transpõem barreiras e colocam em prática seu repertório de pensamentos posicionados, demarcando seu lugar de fala, pontuando um fazer político de lideranças quilombolas potiguares, conectado com as lutas que partem, nascem e se afirmam nos território, lugar de ancestralidade, pertencimento e familiaridade.

As lideranças quilombolas, adotam um exercício político, dialogando, criticando lógicas de poder masculino, arena onde se floresce um debate por equidade de gênero numa perspectiva étnico-territorial, na luta pela sobrevivência. Assim, compreendo que é essencial, reconhecer a centralidade das mulheres na dinâmica territorial quilombola e compreender como estas são importantes para manutenção dos saberes, defesa dos territórios e das tecnologias quilombolas, atuando diretamente nos modos de vida, de pensar e agir, sendo sujeitas políticas ativas, nas práticas, vivências e resistências quilombolas.

As narrativas das mulheres quilombolas, reforçam como estas aglutinam forças e mobilizam agências para desenvolver uma participação política que ultrapassam as fronteiras dos quilombos, quebrando silêncios na luta por direitos essenciais. Dialogando

com a pesquisa de Silva (2024), observa-se um viver-sentir-pensar-fazer no trabalho das lideranças. Um exercício de participação política indissociável das questões territoriais, identitárias locais, globais e étnico-culturais, nos processos organizativos dos quilombos. Uma luta coletiva onde todos fazem parte da construção e saem beneficiários das melhorias que as comunidades poderão receber do Estado.

Portanto, optar por narrar as experiências de mulheres lideranças quilombolas, faz parte de uma escolha política, uma ação militante. Enquanto antropólogo negro, ciente das implicações que meu corpo pode trazer para a pesquisa, motivo-me em tornar visível, o quadro racista e sexista que questionam os corpos, saberes e os agenciamentos femininos quilombolas, principalmente quando é mensurado a organização e o protagonismo da participação política de mulheres negras. Trouxe essa reflexão, tratando-a como experiência inspiradora em tempos que se questionam o protagonismo feminismo, a modernidade, os dispositivos de poder e desvalorizam a criação de projetos coletivos das comunidades tradicionais brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas . São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Comunidades tradicionais e neocomunidades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MELO, Paula Balduino de. Matronas afropacíficas: Territorialidade e gênero no Pacífico sul-colombiano. *Amazônica - Revista de Antropologia*, volume 13 (2) , 2021.

O'DWYER, E. C. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAMOS, Daniela P. A família e a maternidade como referências para pensar a política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, 87-120, 2015.]

SILVA, Givânia Maria da. Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, Givânia Maria da. O quilombo de Conceição das Crioulas: um terra de mulheres – luta e resistência quilombola. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2022.